

Balanços econômicos

RICHARD LEWINSOHN

Dr. rer. pol.

I. MÉTODOS ESTÁTICOS

TODAS as empresas de alguma importância e em particular as sociedades comerciais efetuam seu balanço pelo menos uma vez por ano. Este confronto do ativo com o passivo, na maior parte dos países exigido por lei segundo um esquema estabelecido, serve não somente para esclarecer o público, os acionistas, os credores e outros interessados sobre a situação da firma, como também, e principalmente, de instrumento de auto-contrôle. Por meio dos balanços, as empresas são obrigadas a dar-se conta, periodicamente, de seu débito e crédito, a avaliar suas propriedades, examinar a produtividade de seus investimentos e o custo total de suas dívidas, bem como a calcular os resultados financeiros de suas atividades.

Estes balanços gerais, exigidos das entidades particulares, deveriam ser também regularmente realizados no que se refere ao conjunto da economia nacional. Com efeito, os grandes teóricos do mercantilismo e da fisiocracia, de PETTY e QUESNAY, consideravam a elaboração desta espécie de esquemas uma das principais tarefas da ciência econômica, e somente a partir de ADAM SMITH foi que tais inquéritos começaram a cair em desuso. Para a concepção individualista da vida econômica, parecia evidentemente supérfluo e quase um sacrilégio tratar os investimentos dos particula-

res nesta ou naquela indústria, ou os créditos bancários, não como uma simples soma aritmética, mas como grandeza real, característica da situação econômica do país.

Os progressos feitos neste domínio, durante o século XIX, são portanto bem modestos. Alguns economistas, tais como BAXTER e GIFFEN na Inglaterra, DE FOVILLE e VACHER na França, de quando em quando tentavam calcular o valor monetário da riqueza e da renda nacionais, quase sempre baseados em informações estatísticas insuficientes e obtidas por métodos equivocados. Os serviços governamentais ocupavam-se muito pouco desses problemas. Geralmente, a estatística oficial limitava-se a estabelecer com regularidade balanços do comércio exterior. Não foi senão no princípio do século XX que se começou, em alguns países, a adotar balanços também para o conjunto da economia nacional, a comparar cuidadosamente a produção e o consumo, a calcular a formação e a distribuição de capitais, bem como a parte dos diversos grupos da população no produto social. Citaremos, como exemplo desta categoria de balanços econômicos, dois quadros organizados pela Repartição Estatística do Reich, relativos à produção nacional da Alemanha em 1913 (1).

(1) ERNST WAGEMANN, *Narrenspiegel der Statistik* (Hamburgo, 1935), ps. 88 e 179.

A. FORTUNA NACIONAL (em bilhões de dólares)

<i>Valores reais</i>		<i>Valores monetários</i>	
Estoque de mercadorias	40	Moeda escritural e em circulação	18
Equipamentos e edifícios	200	Títulos e hipotecas	115
Terras e terrenos	75	Depósitos a prazo	30
Inversões no estrangeiro	30	Capital próprio	177
Ouro e divisas	5	Débitos no estrangeiro	10
<hr/>		<hr/>	
Total	350	Total	350

B. RENDA NACIONAL (em bilhões de marcos)

Produção		Utilização	
Produtos agrícolas	9	Produtos alimentícios	16
Bens industriais de produção	12	Produtos de gozo	5
Bens industriais de consumo	8	Vestuários, etc.	10
Comércio e transportes	10	Novos equipamentos	8
<hr/>		<hr/>	
<i>Total de mercadorias</i>	39	<i>Total de mercadorias</i>	39
Habitacões	4	Habitacões	4
Serviços pessoais	5	Serviços pessoais	5
<hr/>		<hr/>	
<i>Produto social</i>	48	<i>Produto social</i>	48

As particularidades destes esquemas são susceptíveis de sérias objeções. Parece-nos, por exemplo, fundamentalmente errado tratar a moeda escritural — que não é mais do que uma soma de contas interdependentes — como um montante de capital por meio do qual se podem contrabalançar valores reais (2). E' também muito artificial a prática de se incluir as habitações — a utilização, não a construção — na rubrica *produção*, para equilibrar os dois lados do balanço. Ora, aqui não são as minúcias que nos interessam e sim a forma dos esquemas. Estes são visivelmente calcados no balanço das emprêsas particulares, e, como êle, o balanço econômico do país está dividido em dois quadros, um dos quais confronta o ativo e o passivo num dado momento, ao passo que o outro demonstra as receitas e despesas realizadas durante o exercício, cujo saldo é constituído pelo item "novos equipamentos", que indica o crescimento dos valores reais durante o ano.

O montante inscrito nesse item não coincide, como à primeira vista poderia parecer, com o total dos bens de produção; é menor. WAGEMANN atribui a diferença ao fato de serem os bens consumidos calculados à base dos preços do mercado, preços estes que incluem a depreciação dos meios de produção. A parte dos bens de produção (na coluna à esquerda do quadro), que continuamente é aplicada na substituição dos meios de produção, já é, pois, paga pelos consumidores e não pode figurar separadamente na coluna à direita. Esta é uma observação importante, às vêzes negligenciada nos balanços econômicos.

Os balanços que englobam a fortuna, ou riqueza, ou capital de um país tornam-se mais e mais raros. Os Estados Unidos, que fizeram quatro grandes inquéritos sobre o assunto — em 1900,

1904, 1912 e 1922 — há 23 anos não os realizam. A maior parte dos especialistas opina que a noção de "fortuna nacional" é muito vaga e que as avaliações inevitavelmente são demasiado arbitrarias, insuscetíveis, portanto, de fornecer indicações utilizáveis para fins de política econômica e social. Quase todos os trabalhos modernos que pretendem medir o crescimento do capital — as penetrantes análises de KUZNETS (3), por exemplo — têm como ponto de partida a renda nacional.

II. MÉTODOS DINÂMICOS

Os balanços atrás reproduzidos são puramente estáticos e demonstram a composição de um valor global sob dois aspectos diferentes. Com exceção, porém, de alguns truismos banais — como a verificação de que o consumo de serviços pessoais é igual à produção dos mesmos serviços — os diversos itens parecem não ter qualquer conexão causal. Na rubrica à esquerda $a+b+c+\dots = X$, e na rubrica à direita $k+l+m+\dots = Y$; e por definição $X = Y$. Haverá, porém, uma relação mais ou menos constante entre a e b ou um paralelismo entre os movimentos de a e k ? Se dispomos de balanços estabelecidos da mesma maneira para uma longa série de anos, os esquemas estáticos darão também esclarecimentos interessantes. Por exemplo: quanto à influência da industrialização sobre a formação do capital próprio e o endividamento no estrangeiro, ou vice-versa. Na fase inicial, entretanto, tais esquemas são pouco expressivos, porque não reconhecem diretamente a dinâmica do processo econômico.

Empregando aqui a palavra polimorfa *dinâmica*, não o fazemos no sentido que lhe atribuem

(3) SIMON KUZNETS, *National Income and Capital Formation 1919-1935*. Publicado pelo "National Bureau of Economic Research" (1937). — *Commodity Flow and Capital Formation* (1938).

(2) Cf. o artigo do autor *A moeda escritural*, "Revista do Serviço Público", fev. 1945, págs. 32-36.

alguns teóricos da escola matemática. De acordo com este conceito, toda análise econômica deve levar em consideração o fator *tempo*. A forma clássica do balanço, que, exteriormente, já pressupõe a existência de um equilíbrio por assim dizer natural, seria, dêsse modo, incapaz de demonstrar o desenvolvimento real, e cumpriria representar a evolução econômica sob a forma de *time curves*. Conquanto o método em apêço tenha sua utilidade no estudo de certos problemas econômicos, seus resultados, até o presente, são precários e não justificam o abandono dos esquemas de balanço, mais compreensíveis para os leigos e, tècnicamente, mais fáceis de elaborar.

Com efeito, é possível dar aos balanços econômicos caráter dinâmico, no mais amplo sentido do termo, isto é, demonstrar as relações entre as forças motrizes e os movimentos por elas produzidos. As bases teóricas dêste método foram estabelecidas principalmente por economistas suecos (4) e encontraram aplicação prática na excelente estatística da renda nacional da Suécia (5).

Todos os trabalhos anteriores realizados neste domínio têm perdido um pouco de sua importância diante dos novos balanços econômicos e financeiros adotados na Inglaterra. A partir de 1941, o Governo Britânico apresenta anualmente ao Parlamento, por ocasião dos debates sobre o orçamento, um "White Paper" (6) sobre o financiamento da guerra e sua base econômica — a renda nacional. Elaboradas sob a direção do eminente estatístico A. L. BOWLEY, as referidas análises são, sob todos os aspectos, verdadeiras obras primas. Com clareza e precisão sem par, elas demonstram, de maneira condensada: o crescimento da renda nacional em relação ao ano base de 1938, a evolução do poder aquisitivo, a parte que o Estado exige dos diversos grupos de renda para as despesas de guerra, quer por meio de impôsto, quer por meio de empréstimo, o consumo, as economias e as inversões dos particulares e numerosos outros fatos característicos, no tocante à evolução da economia nacional. Como exemplo da perspicácia e nitidez com que estas análises são feitas, reproduzimos

(4) Cf. ERIC LINDAHL, *Studies in the Theory of Money and Capital*, Parte I: "The Dynamic Approach to Economic Theory" (Londres, 1939), págs. 39 e seg.

(5) ERIC LINDAHL, EIMAR DAHLGREN e KARIN KOCK, *National Income of Sweden 1861-1930* (Londres, 1937).

(6) *An Analysis of the Sources of War Finance and Estimates of the National Income and Expenditure in the Years 1938 to 1943* (Cmd. 6.520, London 1944).

aqui, extraído do último "White Paper" — provavelmente outro será publicado dentro de algumas semanas — o quadro referente às economias privadas (*private savings*), ajustadas pelo crescimento dos impostos:

PERSONAL SAVINGS

(IN MILLIONS OF POUNDS)

	1938	1941	1942	1943
(1) Gross personal saving, including allowance for accrued taxation.....	259	1.081	1.309	1.594
Less				
(2) Death duties, etc.....	— 90	— 94	— 100	— 104
(3) Gross personal saving after allowance for death duties, etc.....	169	987	1.209	1.490
Less				
(4) Increase in allowance to meet accrued taxation (+).....	— 11	— 37	— 196	— 83
(5) Net personal saving after allowance for accrued taxation.....	158	950	1.073	1.407

IMPERSONAL SAVINGS

(6) Gross impersonal saving, including allowance for accrued taxation.....	182	485	345	259
(7) Increase in allowance to meet accrued taxation (+).....	— 12	— 290	— 145	— 40
(8) Net impersonal saving after allowance for accrued taxation.....	170	195	200	210

NET PRIVATE SAVING (PERSONAL AND IMPERSONAL)

(9) Net personal saving after allowance for accrued taxation.....	158	950	1.073	1.407
(10) Net impersonal saving after allowance for accrued taxation.....	170	195	200	210
(11) Aggregate net private saving after allowance for accrued taxation.....	328	1.145	1.273	1.617

(+) This item shows the excess of the liability for direct taxes accruing on current incomes at current rates of taxation over current direct tax payment.

Os dados básicos, tão minuciosamente estabelecidos, são enfim reunidos em quatro grandes balanços: I. Estimativas da renda líquida nacional e das despesas; II. Estimativas da renda privada, aí compreendidos os juros da dívida pública e de diversos outros itens que não fazem parte da renda líquida; III. As despesas do governo central e as fontes que as financiam; IV. A renda, as despesas e o *deficit* das entidades públicas (*central government, extra-budgetary funds, local authorities*).

Eis aqui o quadro sobre a renda privada, talvez o mais interessante, por resumir, em algumas dúzias de algarismos, a vida econômica e social de um grande país em tempo de paz e de guerra:

ESTIMATES OF PRIVATE INCOME AND OUTLAY IN 1938, 1941, 1942 AND 1943
(IN MILLIONS OF POUNDS)
PERSONAL INCOME

	1938	1941	1942	1943		1938	1941	1942	1943
Rent of land and buildings, interest (including National Debt interest and interest accrued on National Savings Certificates) and profits received by persons.....	1.504	1.763	1.926	2.059	Personal expenditure on consumption adjusted for subsidies and specific indirect taxes, rates, etc.	3.648	3.920	4.093	4.098
Wages and salaries.....	2.827	3.721	4.038	4.275	Personal expenditure involved in the acquisition and transfer of property and life insurance....	66	67	68	68
Pay and allowances (in cash and kind) of members of H. M. Forces and Auxiliary Services.....	80	653	861	1.086	Excess of indirect taxes and rates specifically on consumption over subsidies.	424	637	764	883
Pension payments.....	131	178	201	221	Direct tax payments including War Damage Act contributions and premiums met out of personal income, but excluding income tax payments due for repayment after the war and death duties, etc.	382	692	678	895
Payments in respect of unemployment and the relief of poverty.....	113	30	20	17	Income tax payments due for repayment after the war.....	...	10	125	170
Health payments.....	34	33	40	44	Death duties and stamps on the transfer of property.....	90	94	100	104
Other transfer payments.....	...	29	11	6	Excess of direct tax liabilities over payments....	11	37	196	83
Personal income before tax.....	4.779	6.407	7.097	7.708	Net personal saving after setting aside the excess of direct tax liabilities over payments.....	(158)	(950)	(1.073)	(1.407)
					Personal outlay.....	4.779	6.407	7.097	7.708
IMPERSONAL INCOME									
Impersonal income before tax.....	259	919	962	995	National Defense Contribution and Excess Profits Tax payments.....	15	231	348	483
					Other direct tax payments including War Damage Act contributions and premiums met out of impersonal income.....	62	203	269	253
					Excess of direct tax liabilities on impersonal income over payments.....	12	290	145	49
					Net impersonal saving after setting aside the excess of direct tax liabilities over payments.....	170	195	200	210
Impersonal income before tax.....	259	919	962	995	Impersonal outlay.....	259	919	962	995
PRIVATE INCOME									
Private income before tax.....	5.038	7.326	8.059	8.703	Private outlay.....	5.038	7.326	8.059	8.703

III. PREVISÕES

Estatística é História em algarismos. Refere-se ao passado, mas há duas maneiras pelas quais seus resultados nos podem fornecer índices sobre o futuro. Grande parte dos dados estatísticos refere-se a fenômenos duradouros. Sabe-se, assim, quase com certeza, que as forças hidráulicas naturais serão amanhã tão grandes como ontem, quando foi feito o último recenseamento. Outros fenômenos são menos constantes, mas suas alterações requerem certo tempo e, se se conhecem as forças tais como existiam ontem, sabe-se pelo menos seu efeito potencial no futuro. Nesta relação fundam-se não somente os cálculos sobre a capacidade industrial mas também, até certo ponto, as previsões sobre a produção agrícola. Se sabemos quantos cafeeiros foram plantados no curso dos últimos quatro anos, podemos prever, para os próximos anos, não as

colheitas, mas, aproximadamente, o crescimento máximo possível da produção.

Em todos os casos a estatística, ainda que formalmente retrospectiva, dá-nos indicações diretas sobre o futuro. Noutras ocorrências, o *processus* é mais complicado. Uma série de números estatísticos parece exprimir uma tendência determinada e nós supomos que ela continuará. Tal tendência pode consistir num crescimento ou descenso, em linha reta, da produção ou, ainda, de certas categorias de créditos ou de receitas fiscais, mas o movimento pode também acusar alternativas periódicas. Este último tipo de movimento, chamado cíclico, é de particular importância do domínio econômico.

As previsões são, em geral, uma síntese das duas formas de utilizar dados estatísticos; baseiam-se, ao mesmo tempo, nos efeitos potenciais

das forças conhecidas e nas tendências mais ou menos manifestas. Os resultados nem sempre foram encorajadores. Notadamente durante a grande crise de 1929, verificou-se que a técnica da previsão econômica se encontrava ainda em estágio rudimentar. As experiências e pesquisas feitas no decênio seguinte, porém, não foram vãs e a organização da economia e das finanças de guerra provou que, em determinadas condições, é possível fazer previsões sólidas,

O passo decisivo nesse sentido foi dado, no princípio da guerra, por KEYNES. A idéia da qual êle partiu era muito simples e não era nova: a produção de guerra, argumentava êle, acarretará o aumento, em proporções extraordinárias, da renda nacional, uma vez que os produtores — tanto os empregadores, como os operários — deverão ser recompensados pelo seu trabalho. Ao mesmo tempo, porém, os bens de consumo diminuirão e, na melhor das hipóteses, atingirão a mesma quantidade de antes da guerra; em nenhum caso aumentarão proporcionalmente à renda. Se se permitir que a renda atue livremente sobre o mercado, verificar-se-á uma enorme alta inflacionista dos preços. Cumpre, pois, eliminar a renda suplementar do mercado e dirigí-la, sob a forma de imposto ou de empréstimo, para os cofres públicos, pois que o Estado dela necessita urgentemente.

Tudo isto já era bem conhecido, pela experiência adquirida nas guerras anteriores, e fôra brilhantemente exposto, há muito tempo, por HAWTREY, na teoria do “unspent margin”, que considera a moeda como diferença entre a renda e as despesas da população (7). Idéias e fórmulas espirituais, todavia, não bastam; por elas não se chega a conclusões práticas. O grande mérito de KEYNES reside no fato de apresentar a idéia sob forma palpável. Apoiando-se nos amplos estudos estatísticos que COLIN CLARK (8) publicara às vésperas da guerra, KEYNES estabeleceu alguns esquemas de balanços, os quais mostram as relações existentes, em tempo de paz, entre as receitas e as despesas governamentais, de um lado, e a renda dos particulares e sua utilização, do outro (9). Em seguida, calculava a capacidade de produção ainda

não utilizada, avaliando-a, muito prudentemente, — o crescimento efetivo foi mais tarde consideravelmente mais elevado — em cerca de 17% da produção nacional de antes da guerra, ou sejam, 825 milhões de libras. Juntando-lhe uma parte das economias para as quais não havia aplicação (*new investment*) durante a guerra, chegou a um total de 950 milhões de libras, que se acumulariam nas mãos dos particulares, embora devessem ser utilizados no financiamento da guerra. Dêste montante, 500 milhões poderiam ser absorvidos pelos novos impostos, mas “the remaining gap” (10) de 450 milhões de libras deveria também ser preenchido e, para tal fim, KEYNES sugeriu a instituição de empréstimos compulsórios, por meio de descontos nos salários (*deferred pay*).

A expressão *remaining gap* da linguagem keynesiana transformou-se, nos Estados Unidos, em *inflationary gap*. A palavra *gap* literalmente significa *lacuna*, interrupção de uma coisa que antes era coerente, sentido que logo se perdeu, sendo o termo *inflationary gap* empregado como sinônimo de desequilíbrio entre o poder aquisitivo monetário da população civil e os bens de consumo disponíveis.

Já LEON HENDERSON, chefe da Administração de Preços, em exposição feita em 1941 ante o Senado Americano (11), apresentava, para ilustrar o *inflationary gap*, a imagem de uma balança, da qual um prato tinha uma coluna de dólares simbolizando a oferta, e o outro, uma coluna simbolizando a procura. Em setembro de 1941, as duas colunas tinham a mesma altura; a balança encontrava-se, pois, em perfeito equilíbrio. Em junho de 1942, entretanto, prognosticava HENDERSON, a coluna do lado da procura ultrapassaria a outra por um *gap* de 5,8 bilhões de dólares e, conseqüentemente, o prato da procura baixaria, ao passo que o da oferta, e com êle o nível dos preços, subiria (12).

Os estatísticos norte-americanos fizeram ligeiras modificações técnicas no esquema inglês. KEYNES tomou como ponto de partida para os seus cálculos a renda nacional líquida. Nos Estados Unidos, presentemente, utiliza-se em grande escala, como

(7) R. G. HAWTREY, *The Art of Central Banking* (Londres, 1933, p. 106).

(8) COLIN CLARK, *National Income and Outlay* (Londres, 1937).

(9) JOHN MAYNARD KEYNES, *How to Pay for the War* (N. York) Apêndice I, ps. 79-82.

(10) KEYNES, *op. cit.*, pg. 28.

(11) *Emergency Price Control Act. Senate Hearings.* (HF 5990. Washington, 1941).

(12) A ilustração é reproduzida por JULIUS HIRSCH, *Price Control in War Economy* (Nova York e Londres, 1943, p. 20).

base de tais cálculos, a renda bruta (*gross income flow*), que é definida como "the amount available to individuals and business enterprises for acquisition of consumers's goods, capital purposes and the support of government" (13). Uma vez conhecida a renda bruta, o cálculo do *inflationary gap* pode ser efetuado da seguinte maneira:

	1941	1942	1943
Renda bruta	128	159	190
Menos:			
Despesas com bens de consumo.	78	85	80
Despesas com bens de produção.	21	9	2
Impostos de pessoas físicas e jurídicas	20	29	43
<i>Inflationary gap potencial</i>	9	36	65
Ajustamentos:			
Aquisição de títulos governamentais por particulares	- 6	-20	-43
Crescimento ou decréscimo dos empréstimos bancários concedidos a particulares	+ 2	- 4	- 6
Vendas de propriedades particulares ao Estado ou adiantamentos para fornecimentos..	+ 1	+ 2	+ 1
<i>Inflationary gap</i>	6	14	17

Todavia, o esquema acima reproduzido não é mais do que um dos métodos de medir o *inflationary gap*. WARBURTON afirma que três métodos, muito diferentes, deram resultados idênticos:

1. Excesso da renda bruta sobre os bens de consumo, bens de produção, impostos, aquisição de títulos governamentais e redução dos empréstimos bancários a particulares.

2. Mudança no total dos empréstimos bancários, investimentos e reservas metálicas, que nas atuais circunstâncias, representa o excedente de novos empréstimos bancários ao governo sobre a redução dos empréstimos a outros devedores dos bancos.

3. Aumento de depósitos bancários e papel-moeda nas mãos de pessoas físicas e jurídicas.

Destas diferentes possibilidades de cálculo a última seria, sem dúvida, a mais cômoda aplicável

(13) CLARK WARBURTON, *Measuring the Inflationary Gap*, "The American Economic Review", June 1943, p. 366.

também nos países onde, como no Brasil, a renda nacional, líquida ou bruta, não é bem conhecida. Mas nos países onde o uso dos depósitos bancários encontra-se ainda em pleno desenvolvimento, cumpriria levar em conta a tendência ascendente que a êsse respeito já se manifestava em tempos normais.

A nova técnica de balanços, que deu tão bons resultados na organização da economia de guerra, agora está sendo utilizada também para as previsões sobre a economia de após-guerra. Nos Estados Unidos, numerosas *forecasts* (previsões) foram feitas relativamente à renda nacional, nos primeiros anos que se seguiram ao término das hostilidades na Europa. As estimativas mais otimistas previam 60 milhões de empregados e uma renda de 200 bilhões de dólares; as mais pessimistas, de 53 a 55 milhões de empregados e uma renda de 110 bilhões de dólares.

Citamos aqui uma das previsões mais cuidadosamente estabelecidas, cujo autor é o perito do "Federal Reserve System", EVERETT E. HAGEN (14). Ele toma por base do cálculo a produção nacional bruta (*gross national product*), cujo valor é virtualmente idêntico à renda bruta do país.

Em 1940, havia nos Estados Unidos 46,5 milhões de pessoas empregadas e o *gross national product* era de 119 bilhões de dólares, calculado no nível dos preços de 1943. Na hipótese de que o orçamento de tôdas as entidades públicas fôsse de 30 bilhões de dólares em 1947, — menos de um terço do orçamento atual do governo federal — e de que, em média, 58,7 milhões de pessoas encontrassem emprêgo, assim como que a produção por operário fôsse superior à de 1940 em cerca de 10%, a estimativa da renda nacional seria assim estabelecida:

	Bilhões de dólares
Produção nacional bruta	110
Menos:	
Amortizações e depreciações e outras reservas de uso comercial....	- 11
Impostos comerciais	- 17

(14) EVERETT E. HAGEN, *Jobs after the War*, "Federal Reserve Bulletin", maio, 1944, pgs. 429-431.

Renda nacional

Menos:	
Lucros não distribuídos das pessoas jurídicas.	— 4
Quotas de seguro social.....	— 4
Mais:	
Pagamentos de seguro social e pensões militares	+ 4
<i>Renda total dos particulares</i>	<u>138</u>
Menos:	
Impostos pessoais	— 11
<i>Total da renda dos particulares, dedução feita dos impostos</i>	<u>127</u>

Esta previsão, como quase tôdas as outras, parte de duas premissas: primeira, que se conseguiria manter os preços no nível atual, os quais, nos Estados Unidos, não diferem muito dos de 1943; segunda, que, virtualmente sem grande intervenção do govêrno, tôdas as pessoas capazes e prontas para trabalhar obteriam emprêgo. Há dois anos, quando os *planos de após guerra* estavam em voga, acreditava-se que em seguida à desmobilização militar e industrial, o desempêgo atingiria cifras *record*. Sôbre o assunto, as previsões mudaram radicalmente. Mas, como dizia KIPLING: esta é outra história.